

Nem reforma, nem revolução: a estrela é branca*

Antonio Ozaí da Silva**



Introdução

Em 17 de dezembro de 1988, Maurício Tragtenberg publicou o artigo *O dilema da estrela: branca ou vermelha*, no qual analisava as correntes políticas no interior do Partido dos Trabalhadores e concluía que, no caso de prevalecer a hegemonia da *Articulação*, o partido se definiria “como um vasto partido de trabalhadores com caráter de massas”, num “estilo social-democrático de atuação política”. Em outras palavras, o dilema seria superado com a afirmação e consolidação da estrela branca, simbolizando a vitória de posturas políticas à direita. Tragtenberg alertava ainda para o fato de que esta perspectiva política não significava “mera cópia de modelos europeus”.

Esta interpretação sobre os rumos do Partido dos Trabalhadores se intensificou no início da década de 1990. Internamente, as correntes à esquerda no espectro político petista

apontavam o acelerado processo de adaptação do PT à ordem burguesa e a sua conseqüente consolidação enquanto partido de cunho social-democrata nas condições da realidade brasileira. Para alguns, isto revelava a impossibilidade de continuar apostando na construção do PT enquanto o partido estratégico da revolução; para outros, ainda que críticos, a direção política do PT permanecia em disputa, o que significava afirmar que a sua social-democratização era uma tendência não consolidada, ou seja, os rumos estariam indefinidos e a luta política pela hegemonia dirigente seria determinante para bloquear este processo e resgatar o PT das origens. Naqueles anos, essa tensão foi superada pela adaptação dos críticos à regulamentação das tendências e, em certos casos, com a adesão à política da *Articulação*. Os que não se adaptaram foram convidados a sair e/ou expulsos do partido.

Adoto o pressuposto de que se confirmaram os prognósticos dos que, em fins da década de 1980, afirmavam a tendência do Partido dos Trabalhadores à integração à ordem burguesa. A compreensão do PT no contexto atual impõe a necessidade de resgatar a sua trajetória, o que significa percorrer caminhos já conhecidos. Assim, após situar os dilemas petistas na atualidade, analisarei a sua práxis política institucional e suas conseqüências.

O objetivo deste trabalho é apenas contribuir para a reflexão sobre esta experiência política. Porém, não há a pretensão de esgotar a discussão. Esta é uma das possíveis interpretações, tão legítima quanto outras.

A crise do PT

Quando a crise do *mensalão* explodiu no ano de 2005, não foram poucas as análises sobre as origens da mesma e as sugestões para a sua superação. Para uns, tratava-se apenas de separar o joio do trigo, tirar as frutas podres do recipiente e, assim, evitar a contaminação das demais; para outros, era um problema essencialmente político, o que exigia a renovação da direção petista e a revisão da estratégia política; havia, ainda, os que consideravam que a gravidade da crise exigia uma atitude radical e pregavam a “refundação” do PT; e, por fim, conformou-se o coro dos desiludidos, para os quais a opção política que se impunha, para o bem da esquerda e a salvaguarda dos seus princípios e valores profanados, era sair do Partido dos Trabalhadores. Era o 25º ano da fundação do partido.

O PT, como outras organizações políticas, não se constitui enquanto um bloco monolítico. Portanto, e a história do PT o comprova, sempre houve forças políticas internas que questionaram os rumos do partido sob a direção majoritária. Mesmo nesta, inicialmente autodenominada *Articulação dos 113*, desenvolveu-se tensões que resultaram em cisões e na formação da *Articulação de Esquerda* e outros coletivos.¹ No entanto, ainda que críticas à política da maioria capitaneada pela liderança de Lula e os sindicalistas, intelectuais, parlamentares e outras personalidades ilustres do petismo, estas correntes

políticas, inclusive aquelas historicamente desvinculadas da *Articulação* e identificadas com o trotskismo e outras derivações marxistas, ainda encontram argumentos para permanecer no Partido dos Trabalhadores. Por que?

A esquerda petista é parte da crise. Como observei em outra oportunidade², também ela se viu envolvida em interesses pragmáticos e eleitorais, ainda que procure se diferenciar pela retórica. Um olhar despretenso sobre as teses apresentadas ao 3º Congresso do PT, realizado recentemente, é capaz de detectar a força desta. Isto é particularmente visível na discussão sobre o *socialismo petista*, tema que ocupa boa parte das teses. A julgar pelas palavras impressas, o PT reafirma o ideário socialista que o animou em sua infância. O problema é que o discurso socializante, e até mesmo revolucionário, se considerarmos alguns trechos de determinadas teses, é negado cotidianamente pela prática política no âmbito institucional e do aparato burocrático partidário.³

A esquerda petista vê-se obrigada a criticar e defender o governo Lula – inclusive, ocupando ministérios e cargos importantes na estrutura do Estado. A tese de que o PT ainda representa um instrumento político *em disputa* é acoplada à idéia de que o governo também está *em disputa*. A rigor, tudo está em disputa; ate porque, desta depende meios materiais, privilégios, pequenos poderes, eleição de companheiros, ocupação e partilha da máquina estatal e partidária. Talvez estes elementos contribuam para explicar a persistência dos militantes e tendências políticas identificados com a esquerda marxista-leninista-trotskista e outros que

¹ Ver Silva (2003).

² Ver Silva (2005a).

³ Ver Silva (2007).

compõem a esquerda petista. Não obstante as boas intenções e a retórica revolucionária, terminam por legitimar a política da maioria dirigente.

Contudo, a pertinácia da esquerda petista não é suficiente para invalidar o fato histórico da integração do Partido dos Trabalhadores à ordem social e política burguesa. A esquerda petista tem ciência disso e, ainda que se reserve o papel de alternativa crítica ao lulismo e à maioria dirigente, contribui para a sua conservação. Ela vive o dilema de defender o partido e os governantes e parlamentares petistas. É difícil desvencilhar-se e, por isso, também se ver enredada no processo político que consolida a adaptação do PT à ordem social. Por que o PT chegou a este ponto? Como se deu o processo de integração?

O PT entre a negação e afirmação da ordem

À semelhança de outros partidos que historicamente surgiram em contestação à ordem social e política burguesa, o Partido dos Trabalhadores, desde as suas origens, vive o dilema de aceitar e negar a sociedade que o gerou.⁴ Como as organizações marxistas e social-democratas, num tempo em que social-democracia era sinônimo de revolucionário, e considerando-se os diferentes contextos históricos e sociais, há em comum o desafio de “forçarem a abertura e o alargamento ou a ruptura de ordens capitalistas fechadas ou resistentes a uma democratização real do poder de renda” (GUIMARÃES, 1990, p. 4). Este desafio expressa o dilema da social democracia entre a reforma e a revolução.

Há outras semelhanças: são partidos que refletem anseios mesclados de representação, participação e emancipação de um proletariado com peso social importante e experimentado nas lutas de caráter reivindicativo; são organizações que apresentam uma tendência a segmentar a prática sindical e parlamentar; são partidos de massa, com grau de centralização fluida; heterogêneos e integrados à ordem.⁵

Nesta perspectiva, PT seria um elemento processual, uma equação ainda aberta, cuja resolução do dilema social-democrata estaria em aberto. Neste sentido, ele refletiria uma “irresolução” já presente na obra do próprio Marx: a ausência “de uma explicação, a partir de seus próprios fundamentos metodológicos, das possibilidades de integração do movimento operário à ordem capitalista” (GUIMARÃES, 1990, p.104-105).

Esse “silêncio” teórico é resultante das tensões que influenciaram as elaborações de Marx: a experiência do proletariado inglês e a *Comuna de Paris*. O primeiro forneceu elementos que estão presentes em sua noção de partido, na incorporação da luta reformista enquanto parte importante do processo revolucionário, na valorização do sufrágio universal e na ênfase da revolução enquanto obra consciente dos próprios trabalhadores. O segundo representa a negação da ordem, a ruptura com o Estado burguês e a conseqüente construção de um novo poder (isso implica secundarizar ou negar a luta por reformas, a participação eleitoral). Para Guimarães, esse seria o enigma

⁴ A obra *Capitalismo e Social-Democracia* (PRZEWORSKI, 1989), apresenta importante análise sobre esse dilema histórico dos partidos de base operária; ver também Michels (1982).

⁵ Guimarães (1999, pp. 94-95) diferencia os tipos de integração à ordem burguesa: a plena, a ativa e a passiva. No primeiro caso, estaria o Partido Trabalhista na Inglaterra e Estados Unidos; o segundo corresponderia a social-democracia alemã; já o PSI e o PT seriam exemplos típicos da integração passiva.

irresoluto da obra de Marx, legado à social-democracia e ao próprio PT.

Para além das analogias, deve-se levar em conta as especificidades da realidade brasileira e da formação do PT. Recordemos que uma das principais forças inspiradoras do projeto de construção do PT foram os sindicalistas do ABCD, sob a liderança do Lula. Embora tivessem um discurso e prática que efetivamente contestavam a estrutura sindical varguista, estes sindicalistas eram produtos desta e frutos de uma conjuntura ditatorial que reprimiu e dificultou o máximo que pôde a reorganização da oposição sindical autêntica, democrática e organizada na base. O *novo sindicalismo*, portanto, não era tão novo como pareceu.⁶

O mesmo pode-se afirmar em relação ao PT. É preciso relativizar o caráter de *novidade absoluta*⁷ que lhe foi

impingido. Concordo com Guimarães (1990) e Berbel (1991) que a *novidade* que o PT representa só pode ser definida e apreendida em função do *velho*, isto é, da tradição. Com efeito, a *ruptura* deste partido com a tradição marxista não é absoluta: permanecem elementos de continuidade. A crítica aos equívocos anteriores não induz necessariamente a sua superação. A ânsia de superar o passado pode resultar na tentação de desconsiderá-lo, inclusive em seus aspectos positivos. Dialeticamente, a *superação* não tem o simples significado de descartar a experiência anterior, mas representa o duplo esforço de *negar* e *incorporar*. Só assim torna-se possível atingir um patamar superior. O PT, como afirma Berbel (1991), é a “síntese possível” entre os elementos de ruptura e de continuidade, entre o “novo” e o “velho”.

O Partido dos Trabalhadores nasceu enquanto crítica contundente à política eleitoreira e manipuladora das massas, própria dos partidos burgueses e populistas. Gestado dentro da ordem, o PT manifestou o objetivo de priorizar a organização autônoma dos trabalhadores. A participação no jogo eleitoral e parlamentar pautava-se pela perspectiva da luta e mobilização social. O PT comprometia-se a ser uma ferramenta na luta pela organização e pela elevação da consciência política da classe trabalhadora, contra a ordem social vigente.

Desde o início, o PT se vê obrigado a enfrentar os desafios e dilemas que, colocados numa realidade

⁶ Para a minha geração, o “novo sindicalismo” foi a porta de entrada para a militância política. E como não tínhamos parâmetros anteriores, parecia-nos que a história se iniciava com as greves metalúrgicas em São Bernardo do Campo. As próprias condições ditatoriais dificultavam o elo com a velha geração que sobreviveu ao golpe militar. A não percepção da história se traduzia também numa certa intolerância em relação a outras forças do movimento operário que ousavam ficar contra o sindicalismo do ABC, como os partidos comunistas (PCB e Pcdob) e o MR-8. Portanto, a intolerância terminava por resvalar para o anticomunismo. A leitura de *Quando os novos personagens entram em cena*, de Eder Sader, contribui para compreender as características dessa geração que iniciou a militância a partir das greves operárias no ABCD. Para uma análise do discurso da liderança sindical sugiro a obra da profª Ercília Ana Cazarin (2005), *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*; e também o artigo *Lulismo: três discursos e um estilo*, de Rudá Ricci (2005).

⁷ Francisco de Oliveira, por exemplo, na introdução a Pedrosa (1980, p. 9-10), afirma que os primeiros documentos do PT são: “O

testemunho de uma construção inédita na história brasileira e, a rigor, poucas vezes visto na história mundial: a construção de um partido de massas, nascido das lutas reais das classes trabalhadoras brasileiras, posto como necessidade histórica e possibilidade inscrita na nossa estrutura de classes, que emerge para ultrapassar a institucionalidade burguesa”.

qualitativamente diferenciada, expressam questões históricas enfrentadas pelo movimento operário e popular. Ele teve que navegar em águas turvas, pois se propunha a fortalecer a organização dos trabalhadores, e também participar do jogo eleitoral; tinha a tarefa de construir um movimento político capaz de se impor como alternativa de transformação da sociedade brasileira e, simultaneamente, se via impelido a respeitar e limitar-se aos meandros da política institucionalizada; se colocava enquanto crítico dos modelos de partidos vanguardistas e eleitorais, mas precisava atuar no campo eleitoral e também enquanto partido militante.

Em outras palavras, a *novidade* afirmada pelo partido embutia velhas questões como: a relação entre reforma e revolução; a tensão entre o discurso revolucionário e a prática institucional; entre o classismo e o policlassismo; a dualidade entre o partido de quadros e o partido de massas. Como equilibrar questões tão díspares? Como se manter fiel às suas propostas e objetivos políticos iniciais?

Mais que o discurso e as resoluções de encontros e congressos, é a atuação política concreta que o leva a definir posições e superar as ambigüidades presentes nos primeiros anos. As questões teóricas têm importância, porém os exemplos históricos mostram que nem sempre o discurso corresponde à prática. Para compreender, torna-se necessário analisarmos a relação do PT com a institucionalidade.

A institucionalização do PT

O *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, publicado em 1980, afirma: “Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar legal e legitimamente. O PT quer atuar não

apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores” (PEDROSA, 1980, p. 79).

O PT se propõe a participar das eleições e disputar o jogo institucional. Afinal, enquanto partido político, não pode se abster. Ao mesmo tempo, almejava se diferenciar da tradição política brasileira se comprometendo a subordinar a luta eleitoral “ao objetivo de organizar as massas exploradas e sua luta” (PEDROSA, 1980, p. 80). O primeiro teste prático dessa concepção foi a eleição em 1982. O PT viu esse momento como “uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo às lutas sociais” (DN-PT, 1982).

O PT pretendia utilizar a campanha eleitoral para fortalecer sua estrutura orgânica, incorporar novos filiados, formar núcleos e implantar-se em áreas onde sua organização estava debilitada ou não existia. Para isso, o partido estabelece normas que definem o papel e subordinam as candidaturas e os eventualmente eleitos à plataforma eleitoral, estratégia e princípios afirmados em seus documentos. Dessa forma, o PT tenta evitar “o jogo do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobristismo político, do aparelhismo” e instituir “uma maneira inteiramente nova de fazer política” (DN-PT, 1982).

Embora procure inovar, o PT ainda se vê preso à tradição da prática eleitoral burguesa, cuja ideologia convive com o discurso petista e aparece nas atitudes concretas de muitos dos seus militantes. Isso ficou ainda mais evidente na medida em que as eleições se tornaram

momentos privilegiados na vida do partido e a necessidade de financiamento das campanhas eleitorais favorecia práticas obscuras condenadas pelo discurso ético da moral petista.

De qualquer forma, as primeiras participações do PT em eleições contagiaram a jovem militância, o que gerou um clima de entusiasmo diante das multidões que acorriam aos comícios. Para muitos, a eleição foi a porta de entrada para a participação política. Aliado à tendência à burocratização da *velha geração*, isto também contribuiria para a mudança do perfil social do PT. As condições tornaram mais propícias ao jogo inescrupuloso do vale tudo para a garantir a vitória eleitoral.

A participação eleitoral permitiu o surgimento e consolidação de novas lideranças. Porém, expôs as contradições entre o discurso e a prática; entre a adesão aos princípios e a prática concreta oportunista e eleitoreira. Pouco a pouco, o compromisso dos candidatos eleitos com o partido tornar-se-ia conflitante. O *poder parlamentar* começava a se impor.

Na eleição de 1982, o partido elege o operário e sindicalista Gilson Menezes, demitido da Saab Scania do Brasil, multinacional sueca, durante o movimento grevista que assolou o ABCD e influenciou o movimento sindical nacional. A gestão petista em Diadema traz à tona as contradições inerentes à relação entre a perspectiva contestadora da ordem representada pelo partido e a necessidade de administrar dentro da ordem.⁸ Isto

⁸ Simões (1992) estuda a experiência da primeira administração petista em Diadema. Seu trabalho constitui uma referência importante para a análise de um período da história do PT onde os dilemas apontados eram enfrentados no

também inclui a participação no legislativo e é potencializado com o aumento do número dos eleitos para os legislativos municipal, estadual e federal, prefeituras, governos estaduais e, finalmente, a Presidência da República.

O PT elege também alguns vereadores e deputados estaduais e federais.⁹ Porém, em São Paulo, os resultados eleitorais não foram animadores. Este pleito colocou em evidência a visão classista do PT, criticada à esquerda e à direita. Os primeiros porque a consideravam insuficiente; os segundos porque a viam como muito radical. Estes, em nome da necessidade de adequá-lo à realidade, passaram a defender mudanças que atenuassem o *radicalismo* petista. O debate sobre este tema gerou uma crise interna e a formação da *Articulação dos 113* foi uma tentativa de superação desta.

Em dezembro de 1983, num comício em São Paulo, o PT lança a campanha pelas *Diretas já!* No ano seguinte, com o apoio dos governadores da oposição, a campanha toma rumos expressivos e se transforma numa das maiores manifestações de massas. Com esta campanha, coloca-se para o partido um novo desafio: incorporar as alianças políticas ao seu projeto estratégico.

A necessidade de participar da frente democrática e a dinâmica deste processo

cotidiano da militância petista. As soluções encontradas fortaleceram a estratégia do acúmulo de forças e, por outro lado, colocaram em evidência os limites da resistência dos setores à esquerda dentro do partido.

⁹ Os deputados federais eleitos foram: Aírton Soares e Bete Mendes, de São Paulo, e José Eudes, do Rio de Janeiro. Todos seriam expulsos por não obedecerem à determinação partidária de não participar do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredino Neves e José Sarney, respectivamente presidente e vice-presidente da República, em 1985.

transformam o PT numa espécie de “ala esquerda” do movimento democrático, mas a reboque deste. A concepção classista é diluída na maré festiva dos grandes comícios e arranham a independência de classe defendida pelo partido. Contudo, ele consegue manter seus compromissos e a imagem de “radical” que lhe era característica.

Esse *radicalismo*, ou seja, a imagem combativa que construiu, foi alvo de ataques sistemáticos (principalmente após a expulsão dos parlamentares que aderiram à candidatura Tancredo Neves e da sua recusa em participar do colégio eleitoral). Entretanto, persistia a contradição entre a manutenção do conteúdo programático classista e a necessidade de ampliar a base eleitoral.

O isolamento político provocado pela postura *radical* na fase do colégio eleitoral, se foi prejudicial num primeiro momento, a médio prazo gerou dividendos políticos – o desgaste da *Nova República* e a coerência política fortaleceram a imagem de partido comprometido com os interesses populares. Paradoxalmente, também serviu como munição para os críticos à imagem *xiita*, fortalecendo no partido os setores que defendiam um PT mais *light*. Nas eleições para as prefeituras em 1985, essa contradição foi parcialmente superada com a ampliação da mensagem partidária dirigida a amplos setores sociais, em especial a classe média.

A nova estratégia deu resultados: nas capitais o partido obteve mais de 1,4 milhões de votos (cerca de 10%). O partido surpreendeu em Fortaleza, com a vitória de Maria Luíza Fontenelli. Em São Paulo, Vitória, Aracajú e Goiânia, ficou em segundo lugar. Em 28 cidades foi o terceiro mais votado. Os números demonstram o crescimento nacional do partido e aponta a tendência a um maior

equilíbrio no tocante à sua implantação eleitoral.

A imagem *light* foi reafirmada na campanha eleitoral de 1986. Do ponto de vista institucional foi um sucesso: o partido triplicou o número de deputados federais, dobrou a votação nos candidatos a governadores e senadores e ampliou sua representação estadual (em 1982 havia eleito apenas 12 deputados em três estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; agora, eram 33 deputados estaduais, distribuídos em 13 estados da federação).

Os sucessos eleitorais favoreciam o aprofundamento da linha política *light*. Nas eleições de 1988, essa política se traduziu na defesa de candidaturas que expressavam essa perspectiva. Em São Paulo, a cúpula dirigente apoiou a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio contra Luíza Erundina – que representava o sentimento mais à esquerda. Em que pese os percalços, a linha política de moderação foi novamente fortalecida. O partido conquistou 36 prefeituras, três vice-prefeituras em coligações com outros partidos e ficou em 2º e 3º lugar em várias cidades (elegeu cerca de mil vereadores em todo o país).

A vitória eleitoral foi ainda mais expressiva se considerarmos que as prefeituras conquistadas representam cerca de 30% do PIB do país. Entre elas, a mais significativa foi, sem dúvida, a vitória em São Paulo (capital), seguida de Porto Alegre e Vitória. Além disso, ampliou sua base eleitoral no ABCD: reelegeu o prefeito de Diadema, ganhou em Santo André e São Bernardo; foi vitorioso em outras cidades importantes como Campinas, Santos e Piracicaba, além de Ipatinga, Timóteo e João Monlevade (no Vale do Aço mineiro).

As eleições de 1988 inauguram uma nova fase para o PT. O fato de ser

governo numa cidade como São Paulo, por sua amplitude e abrangência, potencializa as dificuldades e os dilemas enfrentados em sua trajetória. O ato de administrar obrigou o partido a negociar, a modificar sua orientação *radical* e assumir uma postura mais *realista*. Paulatinamente, os militantes envolvidos com a administração incorporaram uma “ética da responsabilidade, em substituição ao ‘principismo’ da ética da convicção”. Nesse processo, as posições antiestado foram substituídas “por uma abordagem bem mais afeita à institucionalidade e à negociação política” (COUTO, 1995, p. 177).¹⁰ Enquanto “partido de situação”:

“Não bastava mais denunciar, levantar bandeiras, marcar posições e encaminhar as reivindicações dos segmentos sociais a que o partido era ligado - orgânica ou idealmente. Era necessário agora responder, atender a reivindicações, implantar um programa de governo e dar ouvidos a demandas de diversos segmentos sociais, inclusive daqueles identificados com os setores combatidos pelo PT em seu programa e durante toda sua história pregressa”. (COUTO, 1995, p. 178-179)

Esta inflexão no âmbito da institucionalidade provocou mudanças significativas no comportamento político dos dirigentes, da militância de base e na relação entre as correntes petistas. Por outro lado, o crescimento eleitoral credenciou o partido para disputar as eleições presidenciais em condições mais favoráveis. A candidatura Lula, aprovada no V

Encontro Nacional (1987), foi lançada oficialmente em 13 de maio de 1989, em São Bernardo do Campo.

1989: aprofundamento da estratégia eleitoral

A eleição presidencial representou um dos maiores testes práticos às formulações políticas definidas pelo partido. Além do seu significado histórico – afinal, pela primeira vez a esquerda *quase chegou lá* –, ela colocou às claras os limites da estratégia eleitoral. O partido, a despeito da sua militância aguerrida e das esperanças que despertou em todo o país, cometera equívocos: ilusão quanto à disposição da classe dominante em respeitar o jogo eleitoral; subestimação da capacidade de coerção burguesa e da sua força ideológica (por exemplo, a campanha anti-comunista, usando habilmente os acontecimentos no leste europeu e a aliança petista com o PCdoB). Preocupado com sua imagem perante o eleitorado, distanciou-se de seu ideário socialista e se viu acuado diante do terremoto que sacudia o mundo *comunista*.

Por outro lado, a ênfase no institucional acarretou a flexibilização na política de alianças, ao preço do abrandamento do programa e da diluição da candidatura Lula no leque de forças que o apoiou no segundo turno. Aliás, esta perspectiva estava colocada desde o primeiro turno, quando a *Frente Brasil Popular* adotou um programa nitidamente reformista, pensado como um programa realizável, para um governo que se propunha “a cumprir seu mandato e realizar as transformações de interesse de sua base social, enfrentando a resistência dura de seus adversários, mas lutando para evitar rupturas e polarizações irreduzíveis” (CARVALHO, 1990, P.50). Segundo Carvalho, outra opção seria a adoção de “um programa sabidamente irrealizável,

¹⁰ Segundo Couto, que analisa a gestão Erundina em São Paulo, o partido, ao assumir o governo adotara uma “política positiva”, deixando de lado a postura meramente oposicionista, isto é, a “política negativa”. O autor utiliza conceitos weberianos. A questão a discutir é qual a ótica em que se coloca o “positivo” e o “negativo”.

que apenas ajudaria as massas para as rupturas que inevitavelmente iriam acontecer” (*idem*). O PT optou por um programa “realista”, capaz de assegurar a governabilidade.

Contudo, os limites e contradições na elaboração do *Programa de Ação de Governo (PAG)* expressam a “tentação reformista” e o “gosto de pecar” que, nesta conjuntura, tomou conta da direção e de amplos setores do partido:

“Diante do significado histórico estupendo que teria a vitória nas urnas, a questão do programa foi mais uma vez obscurecida. Este, que já era um programa de reformas, passou a ser visto *essencialmente* como um programa capaz de articular a frente. Mas uma vez *perdia importância a necessidade de pensar em profundidade a relação deste programa com nossos objetivos de fundo*” (CARVALHO, 1990, p. 52, grifos meus).

De novo, coloca-se o *velho* dilema entre reforma e revolução, na medida em que a afirmação do reformismo induziu à negação da transformação revolucionária. Numa sociedade como a brasileira, as reformas têm uma radicalidade em si, porém, ao limitar-se ao caminho eleitoral, a própria possibilidade de sua concretização é colocada em xeque.

A crítica ao rumo petista não consegue se impor. De fato, passado o momento das frustrações e das avaliações sobre a derrota eleitoral, o entusiasmo tomou conta do partido. Os resultados obtidos na eleição presidencial foram animadores e estimularam os defensores da *revolução pelo voto* – para estes tudo se resumia à capacidade do partido em “acumular” mais um pouco.

As eleições de 1990 se inseriram num quadro e promissor: projetava-se a

ampliação da bancada de deputados e a possibilidade de eleger governadores e senadores. Neste contexto, os argumentos favoráveis à ampliação das alianças políticas ganham terreno. A direção majoritária passou a defender o lançamento de candidaturas aos cargos executivos em coligações com o PDT e o PSDB, inclusive com a renúncia a lançar candidaturas próprias.

Essa proposta encontrou resistência no interior do partido. Em Pernambuco, o Encontro Estadual rechaçou a proposta de apoio a Jarbas Vasconcelos; no Rio de Janeiro, a maioria dos delegados rejeitou a proposta de coligação com o candidato brizolista. Em Minas, o candidato apoiado pela direção foi derrotado. No Distrito Federal, foi necessário impugnar a convenção.

Contudo, os resultados eleitorais, se não confirmaram os prognósticos mais otimistas, também não foram desanimadores. No cômputo geral, elegeu um senador, 35 deputados federais e 81 estaduais; para governador, ficou em segundo lugar no Acre e no Amapá.

Por outro lado, nas administrações petistas, em geral, observamos uma crescente dinâmica conflitiva. Suas práticas administrativas encontram resistências numa parcela da militância, que insiste em manter os princípios originais petistas, concebendo as prefeituras sob controle do partido como instrumentos de apoio à luta dos trabalhadores, e recusam terminantemente qualquer concepção que restrinja a ocupação do aparelho do Estado aos objetivos meramente administrativos.

As prefeituras deveriam contribuir para modificar a correlação de forças na luta pelo socialismo. Por isso, deveriam atuar sob uma orientação política capaz de fazer a ponte entre o particular e o

universal, entre o imediato e o estratégico. Em outras palavras, as prefeituras do PT não seriam *governos socialistas em miniatura*, mas pontos de apoio a uma estratégia socialista. Porém, elas não conseguiram implementar as definições do partido. Em muitos casos, estabelece-se uma prática burocrática que não vai além da gestão dentro dos limites do sistema. As resoluções do VII Encontro Nacional admitiram que “adotamos muitas vezes o que se batizou de ‘administrativismo’. Estamos tímidos diante dos confrontos e muitas vezes conciliamos. Tentamos governar para toda a população e perdemos de vista nossa base social e política” (CEN-PT, 1990a).

O apego à eficiência administrativa gerou a inversão de prioridades e levou muitas administrações a praticarem políticas distintas e até mesmo antagônicas com o partido – ou ao menos com setores deste. Em casos extremos, o confronto foi direto com os trabalhadores (por exemplo: o caso do *buraco do Gazuza*, em Diadema, e a greve dos condutores, em São Paulo). Vários fatores pressionam as prefeituras petistas nesta direção: o cerco da imprensa burguesa, os vícios administrativos e burocráticos da máquina, as limitações partidárias em construir um projeto global e estratégico, o enfraquecimento do movimento popular, a inexperiência etc. Porém, tudo isso “não pode obscurecer o fato de que elas em sua maioria não têm logrado dar visibilidade à marca democrática e popular que prometemos imprimir, e com a qual, via de regra, a população, e, em especial, a nossa base social não tem se identificado” (CEN-PT, 1990a).

As administrações petistas expressam experiências salutareis no campo democrático e popular. Do ponto de vista do imediato, isto é, de políticas

voltadas ao atendimento das carências e demandas populares, as gestões petistas, a despeito dos fatores negativos, conseguiram, em muitos casos, impor uma administração diferenciada no tocante às prioridades. Os problemas dizem respeito ao dilema petista, entre ser governo e ser oposição, entre reformar a sociedade e revolucioná-la.

De qualquer forma, o PT iniciou a década de 1990 com influência eleitoral inimaginável em seus primeiros anos, credenciando-se enquanto partido hegemônico na esquerda brasileira, alternativa de governo e referência para os partidos populares e socialistas em vários países. Por outro lado, o crescimento eleitoral, a gestão nas prefeituras e a ênfase crescente na institucionalidade geraram mudanças substanciais que afetaram o perfil partidário, sua política e relação com os movimentos sociais. As diferentes avaliações sobre esta trajetória e suas consequências aprofundaram o realinhamento das forças internas.

O VII Encontro Nacional reconheceu a nova realidade do partido, observando o descompasso entre o crescimento eleitoral e a estrutura orgânica partidária. A própria *Articulação*, afirmou: “O PT vem ganhando uma audiência cada vez maior entre os trabalhadores, embora isso não encontre correspondência na organização de sua atividade” (CEN-PT, 1990b). Ela enumera vários elementos que comprovam este diagnóstico: paralisação do crescimento do número de militantes; reforço da tendência da separação entre a elaboração da política e a ação dos militantes, dirigentes e parlamentares no movimento social e no plano institucional; deficiência da política de formação de quadros; e, inexistência da socialização da informação.

Até mesmo Lula, em entrevista à *Teoria e Debate*, reconheceu ser preciso “voltar a acreditar naquele partido do núcleo de base” que se propunha a “uma participação mais efetiva da classe trabalhadora”. Preocupado com os rumos do partido, ele alertou que:

“Não podemos deixar que o eleitoralismo tome conta do partido. Nós percebemos, nessas eleições, que em alguns lugares o comportamento de certos companheiros na disputa maluca por um cargo não se diferenciou da atitude de membros de outros partidos, tanto nos conflitos internos quanto no tipo de campanha” (MACHADO & VANNUCHI, 1991, p.5-6).

O I Congresso, realizado em 1991, expressou essa preocupação ao admitir que estabeleceu-se uma divisão de trabalho entre os militantes envolvidos nos movimentos sociais, os parlamentares e executivos na frente institucional e os dirigentes do aparelho partidário – que passaram a funcionar como uma espécie de *tribunal de última instância* para as disputas entre os petistas (DN-PT, 1991). Suas resoluções intentam superar estes problemas reafirmando a necessidade da combinação da luta social com a luta institucional e a adoção de uma política de alianças que leve em consideração os setores excluídos e marginalizados da sociedade.

Essa combinação das frentes de lutas se insere na perspectiva de ganhar a eleição presidencial de 1994 – sendo as eleições de 1992 um momento importante para o acúmulo de forças para isso. Almeja-se criar condições mais favoráveis para a conquista do objetivo estratégico: o *governo democrático e popular*.

Em síntese, o I Congresso consolida um projeto político gestado na *práxis* do

partido durante vários anos. Os alertas não impediram que a *disputa maluca* se intensificasse na renovação dos diretórios e nas eleições seguintes. O partido que disputaria as eleições de 1994 já era, para muitos daqueles que nele acreditaram e dedicaram-lhe parte importante de suas vidas, a *negação* da utopia anunciada no início da década de 1980. Então, ele se transformara numa alternativa eleitoral, embora de esquerda.

A estrela é branca

A prática política do Partido dos Trabalhadores nos anos recentes intensificou e consolidou os rumos já delineados na década de 1980 e expostos em suas opções e trajetória política na década de 1990, quando o partido sintetizou a sua estratégia no objetivo de eleger Lula presidente. E conseguiu. Porém, considerando-se seus primeiros documentos e práxis política, sob o preço da descaracterização do partido e do próprio Lula. Essa estratégia eleitoralista foi gestada na relação contraditória com a ordem burguesa, fortalecida a partir do crescimento eleitoral e assumida como prioritária.

Nesta trajetória, até mesmo o caminho reformista foi abandonado em nome da necessidade da eleição e reeleição. O “acúmulo de forças” ao qual se referia o V Encontro Nacional, em 1987, se metamorfoseou em acúmulo de cargos no executivo e legislativo e na ocupação do Estado brasileiro. Este movimento reproduz a forma burguesa de fazer política, tão criticada pelo PT em seus primeiros passos. Assim, o partido se viu obrigado a ampliar o leque das alianças e se aproximar de antigos adversários e inimigos políticos e, conseqüentemente, a se afastar de antigos companheiros de caminhada que, críticos à sua metamorfose política, foram transformados nos novos inimigos. A

nova maioria forjada pelo PT e seus aliados repete a velha prática política do transformismo: progressistas se tornam regressistas, reformadores se revelam conservadores. É a velha tese *lampedusiana* de mudar para nada mudar. Para sustentar os compromissos com os *novos companheiros*, o partido abandona até mesmo os lampejos reformistas e lança-se à política dúbia de não irritar a burguesia e os banqueiros, contando com o apoio eleitoral da massa popular a partir de medidas paliativas como o Bolsa Família. E num país com as carências como as nossas, este tipo de política revela-se eficiente. A reeleição do presidente Lula comprova-o.

Fecha-se o ciclo: o partido se integra despididamente à ordem que contestava em sua prática política dos primeiros anos e na retórica dos seus documentos oficiais. Em vez de conquistar o Estado é conquistado por este. Como observou Martinez, a ascensão do PT ao governo federal não se concretizou enquanto conquista do Estado. O PT, afirma, “não forjou uma nova hegemonia política e social capaz de desencadear amplas reformas sociais e de compor um novo Estado” (MARTINEZ, 2007, p. 274).

Mesmo que concorde com este argumento, a esquerda petista justifica a permanência no partido com a tese de que é necessário disputar a hegemonia da sua direção política. Nenhuma novidade! As posições políticas precisam construir um discurso que as justifiquem. As interpretações condescendentes favorecem a construção de argumentos deste tipo, mas estas, e as boas intenções, não mudam os fatos.

Observando-se a trajetória política do PT é difícil, muito difícil, reconhecer no partido de hoje qualquer semelhança

com o PT das origens. Adeus PT!¹¹ O Partido dos Trabalhadores atualmente existente representa a negação dos princípios e projeto político originais, e, por sua prática política, revela-se um instrumento privilegiado para manutenção e ampliação de vantagens materiais e simbólicas. Como qualquer partido integrado à ordem, existe para disputar os recursos do Estado – sem contar as relações promíscuas com o setor privado. Sua marca diferencial fundada na moral e nova forma de fazer política esgotou-se com a crise do *mensalão* e as que vieram depois, por exemplo durante a última campanha eleitoral. Seu discurso é cada vez mais semelhante aos demais partidos, embora recorra a metáforas e retóricas de viés popular.

O PT apresenta dificuldade cada vez maior em se diferenciar dos partidos e políticos que criticava antes, sendo que muitos deles se tornaram aliados. Sua política é, portanto, também pautada por estas alianças. Como assinalou Miola (2005), o PT não aprendeu com os seus próprios percalços, como a derrota eleitoral na campanha presidencial de 1989. Em vez de assimilar a crítica e mudar o rumo da sua política, não só insistiu como aprofundou o caminho eleitoral delineado nestes anos. Assim,

“foi crescendo ao interior do PT uma vertente teórica e ideológica que preconizou a incondicional adaptação e internação ao jogo político conservador e à ‘parlamentarização da política’ em desfavor das estratégias de acumulação de forças que combinam as conquistas institucionais fundadas (i) na afirmação programática (como a democracia participativa com inclusão social e desenvolvimento endógeno), (ii) na nitidez ideológica (iii) com os avanços das lutas sociais

¹¹ Ver Silva, 2005b.

e o apoio popular aos governos de esquerda como mecanismos de construção de uma nova hegemonia na sociedade”.

Não obstante, este desenlace não estava inscrito nas origens do PT, não era algo presente no *DNA petista*. À medida que o partido tinha que agir dentro da ordem e fez a opção por disputar o jogo político, havia a tendência a se integrar à ordem. Mas esta é contrabalanceada por outra tendência crítica. Como enfatiza Ricardo Musse no prefácio à obra *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*, de Mauro Luis Iasi (2006, p. 13), “o balanço do projeto histórico do PT resume assim não uma trajetória predeterminada, que haveria de se desenvolver naturalmente, mas congrega em si as oscilações da consciência da classe operária que se movem entre a negação e o consentimento”.

Considerações conclusivas

O *dilema da estrela* é, antes de tudo um dilema prático e objetivo. A trajetória do PT confirma a resolução do dilema. Quase como uma repetição trágica do caminho social-democrata, à medida que o partido credenciou-se eleitoralmente, mais facilmente ele foi dominado por um leque de militantes cujos interesses predominantes passou a ser a disputa por cargos no executivo e no parlamento (municipal, estadual e nacional).

As vitórias eleitorais acentuaram o peso da institucionalidade e produziram transformações na vida interna, no perfil e na relação do partido com o movimento popular e sindical. Observamos o crescimento do poder de pressão do aparato institucional. As prefeituras petistas e seus gabinetes parlamentares incorporaram dezenas de militantes subtraídos ao movimento de

massas e reduzidos às atividades burocráticas e administrativas.

Em vários casos, os altos salários e a estabilidade empregatícia constituíram fatores de acomodação. Com seus interesses econômicos estritamente ligados ao aparelho de Estado, muitos passaram a depender da manutenção dos espaços partidários nas instituições burguesas. Esse processo favoreceu o surgimento de relações de subordinação aos que detêm mandatos públicos. Considerando os recursos e a quantidade de militantes diretamente envolvidos nestas atividades, é de se imaginar o peso e a importância que este fator assumiu no interior do partido.

Evidentemente, existe a necessidade de envolvimento de parcela da militância com as questões burocráticas e administrativas no aparelho do partido e na máquina estatal. Consideramos a burocratização e o eleitoralismo como uma dinâmica, isto é, um processo desigual e diferenciado, que envolve expectativas individuais, que vão desde a aceitação consciente até a acomodação e a resistência crítica. Muitos procuram desenvolver suas atividades com uma preocupação estratégica socialista, mas, mesmo estes, encontram-se tensionados pela dinâmica do aparato.

O fato é que o crescimento eleitoral do partido foi acompanhado pela ampliação da máquina partidária e o fortalecimento da tendência à burocratização.¹² O eleitoralismo e o burocratismo interagem

¹² Estudo realizado por Novaes (1993) comprova o processo de burocratização. Sua pesquisa abrangeu os dirigentes e os participantes do I Congresso. Ele concluiu que o PT é dirigido por quadros profissionalizados, mantidos financeiramente pelos parlamentares, prefeitos e assessores, os quais compõem a maioria dos participantes nos últimos encontros. Para ele, essa realidade demonstra “o quanto o PT está substantivamente comprometido com a ordem social que ele pretende transformar”.

e favorecem o crescente aburguesamento da militância, a partir da mudança das condições objetivas de vida. Prevalece o pragmatismo e os interesses particularistas. Os que resistem são minoritários e não são determinantes para as definições dos rumos partidários.

Esta situação é agravada pelo abismo verificado entre a direção e a base; pelo abandono e acomodação de parcelas da militância; pela centralização do poder nos órgãos diretivos, com o esvaziamento, desaparecimento ou manipulação dos núcleos de base existentes; e pela elitização crescente da participação nas instâncias internas.

Por outro lado, a base sindical e popular que tensionou o partido no sentido da radicalização também se mostrou susceptível à incorporação da política eleitoral e à burocratização. Quando isto não ocorreu, o avanço da estratégia eleitoral praticamente anulou a influência dos setores mais à esquerda no movimento social. A tendência que prevaleceu foi a da indiferenciação em relação aos partidos burgueses e o aprofundamento da integração à ordem.

O dilema foi superado. Nem reforma e, menos ainda, revolução. A estrela revela a sua cor conservadora. Para quem dedicou parte importante da sua vida, quem sabe seus melhores anos, esta não é uma conclusão que alegra. Pelo contrário. Como escreve Iasi (2006, p. 563):

“É triste, profundamente triste, que o PT tenha se transformado no exato retrato daquilo que queria negar. É com um misto de “desespero e resignação” que não mais reconhecemos esta estranha “versão de um pavão real”; apenas temos certeza, pedindo emprestadas as palavras de Silvio Rodrigues, que “já não é mais o que queria ser”.

É assim que Iasi conclui o seu estudo sobre o PT. Concordamos. É triste, muito triste. Mas a vida segue. O PT é fruto do esforço prático e teórico de homens e mulheres. Sua trajetória decepcionou uns, mas atendeu aos interesses de outros. De qualquer forma, o caminho que seguiu é resultados das opções políticas feitas, as quais foram vitoriosas. Não obstante, como todas as organizações criadas pela *práxis* humana, também o PT é transitório. O importante é aprender com as experiências e não insistir no equívoco. Como dizíamos nos velhos tempos do PT das origens, *a luta continua, companheiros!*

Referências

- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura (1978-1980)*. 1991. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CARVALHO, Carlos Eduardo de. “Medo (e gosto) de pecar”. *Teoria e Debate*, maio de 1990, p. 49-53.
- CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005.
- COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (CEN/PT). *Resoluções do VII Encontro Nacional*. São Paulo, setembro de 1990a.
- _____. *Tese da Articulação ao VII Encontro Nacional do PT*. In: Boletim Nacional, Edição Especial, CEN-PT. São Paulo, abril de 1990b.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GUIMARÃES, Juarez. *Claro enigma: o PT e a tradição socialista*. 1990. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais (IFCH-UNICAMP), Campinas.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MACHADO, João e VANNUCHI, Paulo. Lula: Mãos à obra (Entrevista). *Teoria e Debate*, São Paulo, nº13 p. 04-10, fevereiro de 1991.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005). In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 239-288.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MIOLA, Jeferson. *A ruína de um modelo partidário*. Agência Carta Maior, 07.07.2005. Disponível em <http://agenciartamajor.uol.com.br/index.asp> Acesso em 30 ago. 2005.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 35, p. 217-237, mar. 1993.

PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICCI, Rudá. Lulismo: três discursos e um estilo. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano IV, nº 45, fev. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45ricci.htm>

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Antonio Ozaí da. [A crise da esquerda: para onde vamos?](#). *Revista Espaço Acadêmico*, Ano V, nº 53, out. 2005a. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/053/53pol.htm>

_____. [Adeus PT!](#). *Revista Espaço Acadêmico*, nº 50, jul. 2005b. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol.htm>

_____. [Trabalho e Política - Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores \(Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT\)](#). *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, nº 22, mar. 2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/022/22pol.htm>

_____. *Partido de massa e partido de quadros: a social-democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996.

_____. [O Socialismo e o III Congresso do PT](#). *Revista Espaço Acadêmico*, nº 75, ago. 2007, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/075/75ozai>

SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: ANPOCS; Marco Zero, 1992.

TRAGTENBERG, Maurício. O dilema da estrela: branca ou vermelha. *Jornal da Tarde*, 17 dez. 1988.

* Publicado em ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. (Orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*. São Carlos: EdUFSCar, 2009, págs. 13-34. Este texto tem como referência principal o livro “*Partido de massas e partido de quadros: a social-democracia e o PT*” (São Paulo: CPV, 1996); também se apóia nos artigos publicados pelo autor na *Revista Espaço Acadêmico*, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>



** ANTONIO OZAÍ DA SILVA é mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e doutor em Educação pela USP. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Autor de *Partido de massas e partido de quadros: a social-democracia e o PT* (CPV, 1996) e *História das Tendências no Brasil – Origens, cisões e propostas* (Proposta Editorial, 1987).